



Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 32ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0021510-08.2018.8.17.2001**

AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO

Passados já alguns dias da distribuição do feito sem que tenha havido a transferência do processo da “caixa” “aguardando pagamento” para “conferência inicial”, o que se dá automaticamente com o pagamento das custas processuais geradas através do SICAJUD. Nesse cenário:

- a) tratando-se de **AÇÃO COGNITIVA**, a parte autora deverá ser intimada, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para comprovar o pagamento das custas e despesas de ingresso em **15 (quinze) dias**, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC);
- b) tratando-se de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INSTAURADO ORIGINARIAMENTE** na via **ELETRÔNICA**, o exequente deverá, no prazo de **10 (dez) dias**, promover o recolhimento das custas processuais da referida fase, nos termos do art. 1º do Provimento nº 37/2008 da Corregedoria Geral de Justiça, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 11 de novembro de 2008, calculadas sobre o valor que pretende executar, sob pena de extinção, nos termos do Art.924, I, do CPC;
- c) tratando-se de **CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INICIADO FISICAMENTE** e posteriormente convertido para o meio digital, intime-se as partes para no prazo de até **10 (dez) dias**, impulsionarem o feito, sob pena de arquivamento.

Decorrido o prazo, com ou sem manifestação válida, renove-se a conclusão.

P.I.C.

Recife, 7 de junho de 2018.

José Júnior Florentino Dos Santos Mendonça



Juiz de Direito



AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0021510-08.2018.8.17.2001
AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 32175889, conforme segue transcrito abaixo:

"Passados já alguns dias da distribuição do feito sem que tenha havido a transferência do processo da "caixa" "aguardando pagamento" para "conferência inicial", o que se dá automaticamente com o pagamento das custas processuais geradas através do SICAJUD. Nesse cenário: a) tratando-se de AÇÃO COGNITIVA, a parte autora deverá ser intimada, na pessoa de seu(sua) advogado(a), para comprovar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290, do CPC); b) tratando-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INSTAURADO ORIGINARIAMENTE na via ELETRÔNICA, o exequente deverá, no prazo de 10 (dez) dias, promover o recolhimento das custas processuais da referida fase, nos termos do art. 1º do Provimento nº 37/2008 da Corregedoria Geral de Justiça, publicado no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, no dia 11 de novembro de 2008, calculadas sobre o valor que pretende executar, sob pena de extinção, nos termos do Art.924, I, do CPC; c) tratando-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INICIADO FISICAMENTE e posteriormente convertido para o meio digital, intime-se as partes para no prazo de até 10 (dez) dias, impulsionarem o feito, sob pena de arquivamento. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação válida, renove-se a conclusão. P.I.C. Recife, 7 de junho de 2018. José Júnior Florentino Dos Santos Mendonça Juiz de Direito "

RECIFE, 13 de junho de 2018.

ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO A DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE.

Processo: 0021510-08.2018.8.17.2001

JULYANA CALVALCANTE SANTOS vem, respeitosamente à Presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado abaixo assinado informar que fez o pedido da justiça gratuita tanto no sistema como na inicial mas o sistema não marcou a opção da gratuidade da justiça, venho através desta pedir perdão por este equívoco e informar que a demandante não tem condições de arcar com as despesas processuais e pedir a gratuidade da justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 11 de setembro de 2018.

ROSANO APOLINARIO DA SILVA

OAB-PE. 42070

DJEVAN SOARES DO NASCIMENTO

OAB-PE. 13.179-E





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 32ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F: ()

Processo nº **0021510-08.2018.8.17.2001**

AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO

Vistos etc.

1. O Art.99, §3º, do NCPC, ao prescrever a possibilidade de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça mediante mera declaração da parte, não confere a essa manifestação o caráter absoluto, de modo a permitir ao Juiz, inclusive de ofício, investigar sua capacidade econômica e, verificando que esta não reveste as condições de pobreza, determinar a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos (Art.99, §2º, NCPC). Sendo-lhe lícito indeferir o benefício de justiça gratuita, mesmo diante da afirmação de pobreza, quando comprovada a suficiência da capacidade econômica do requerente.

Conforme já respaldava a jurisprudência, *"se o julgador tem elementos de convicção que destroem a declaração apresentada pelo requerente, deve negar o benefício, independentemente de impugnação da outra parte"* (JTJ 259/334).

É o que, a despeito de a assistência por advogado particular não impedir, por si só, a concessão do benefício, tal conclusão poderá decorrer dos elementos dos autos, de modo a bloquear a presunção de pobreza da declaração na qual afirmou tal condição.

Nessas circunstâncias, nos termos do Art.99, §2º, do NCPC, para melhor avaliar a condição financeira da parte demandante para suportar as despesas processuais, preste a parte autora as seguintes informações:

- i) Qual(is) sua(s) renda(s) mensal(is), apresentando cópia do(s) seu(s) contracheque(s);
- ii) Se declara(m) Imposto de Renda;
- iii) Quantos dependentes possui(em);



iv) Se o cônjuge possui renda própria;

v) Se possui(em) casa própria ou paga(m) aluguel;

vi) Se menor, deverá apresentar a comprovação dos responsáveis.

2. Nesse contexto, em virtude do acima delineado, assino ao postulante o prazo de 15 dias para que promova as emendas necessárias, comprovando documentalmente o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício da gratuidade requestado, ou o pagamento das custas processuais, sob pena de extinção.

Decorrido o prazo com ou sem manifestação válida, renove-se a conclusão.

Intime-se.

Recife, 17 de setembro de 2018.

J. Jr. Florentino D. S. Mendonça

Juiz de Direito





AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0021510-08.2018.8.17.2001
AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 35575829 , conforme segue transcrito abaixo:

"Vistos etc. 1. O Art.99, §3º, do NCPC, ao prescrever a possibilidade de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça mediante mera declaração da parte, não confere a essa manifestação o caráter absoluto, de modo a permitir ao Juiz, inclusive de ofício, investigar sua capacidade econômica e, verificando que esta não reveste as condições de pobreza, determinar a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos (Art.99, §2º, NCPC). Sendo-lhe lícito indeferir o benefício de justiça gratuita, mesmo diante da afirmação de pobreza, quando comprovada a suficiência da capacidade econômica do requerente. Conforme já respaldava a jurisprudência, "se o julgador tem elementos de convicção que destroem a declaração apresentada pelo requerente, deve negar o benefício, independentemente de impugnação da outra parte" (JTJ 259/334). É o que, a despeito de a assistência por advogado particular não impedir, por si só, a concessão do benefício, tal conclusão poderá decorrer dos elementos dos autos, de modo a bloquear a presunção de pobreza da declaração na qual afirmou tal condição. Nessas circunstâncias, nos termos do Art.99, §2º, do NCPC, para melhor avaliar a condição financeira da parte demandante para suportar as despesas processuais, preste a parte autora as seguintes informações: i) Qual(is) sua(s) renda(s) mensal(is), apresentando cópia do(s) seu(s) contracheque(s); ii) Se declara(m) Imposto de Renda; iii) Quantos dependentes possui(em); iv) Se o cônjuge possui renda própria; v) Se possui(em) casa própria ou paga(m) aluguel; vi) Se menor, deverá apresentar a comprovação dos responsáveis. 2. Nesse contexto, em virtude do acima delineado, assino ao postulante o prazo de 15 dias para que promova as emendas necessárias, comprovando documentalmente o preenchimento dos requisitos necessários à concessão do benefício da gratuidade requestado, ou o pagamento das custas processuais, sob pena de extinção. Decorrido o prazo com ou sem manifestação válida, renove-se a conclusão. Intime-se. Recife, 17 de setembro de 2018. J. Jr. Florentino D. S. Mendonça Juiz de Direito"

RECIFE, 20 de setembro de 2018.

ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO A DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE.

Processo: 0021510-08.2018.8.17.2001

JULYANA CALVALCANTE SANTOS vem, respeitosamente à Presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado abaixo assinado informar que a demandante não tem condições de arcar com as despesas processuais pois se encontra desempregada vivendo de bico como cabeleireira mora de aluguel e ainda possui uma filha menor e por isto vem pedir a gratuidade da justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 23 de outubro de 2018.

ROSANO APOLINARIO DA SILVA

OAB-PE. 42070



ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
Doc.
Nome
Doc.
Nome
Doc.
Est. Civil
Doc.
Est. Civil
Doc.
Nascimento
Doc.

feito o diagnóstico, para prevenir acidentes e evitar as desconfortáveis pressões.

Mostrar ao seu novo colaborador os perigos que o cercam não é suficiente.

Cada acidente é um lição que deve ser apreendida, para evitar futuros desastres.

Tudo o acidente tem uma causa que é possível ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidente, primeiro pago o seguro médico adequado, mas depois que "convalescer e curar-se" convencerá para o pagamento de sua falta.

Se você não é eletrificado, não se meta a fazer serviços de eletrificação.

Prevenir o seguro médico hospitalar, se você for vítima de um acidente, também será tarde demais.

As indústrias não precisam ninguém, mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações das normas da CIPA, e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha. Converse com o responsável no trabalho predominantemente acadêmico.

Leia e relata sempre os acontecimentos, contidos nos cartões e atas das reuniões de prevenção de acidentes.

Se os seus superiores, gerentes e mestres não estiverem satisfeitos, parte do seu uniforme de trabalho.

Atendamos sempre as demandas, e imagens compradas não fazem diferença alguma.

Para a máquina quando for a sua, proteja-a das máquinas nos trabalhos.

Trabalhe-se a natureza, o processo contra os acidentes.

empresários de produção adequados a sua seção.

Conheça o material, das estruturas e demais dispositivos de trabalho, para não fazer acidentes.

Se você não tem um local de trabalho, não pode ter o conhecimento de um local algum dia.



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª. VIA

Número 00694

Série 00085 PE

Assinatura do Portador: Juliana Parabente Santos



CONTRATO DE TRABALHO

Empregador...: ADRIANA NASCIMENTO DA SILVA CABELEIREIRA
 C.N.P.J.....: 14.687.470/0001-50
 Endereço.....: RUA DA AURORA 175
 Complemento...: 513098LC
 Bairro.....: BOA VISTA
 Cidade.....: RECIFE - PE
 Cargo.....: AUXILIAR DE CABELEIREIRO(A)
 CBO.....: 411030
 Data Admissão: 01/09/2012 No.Reg.: 000002
 Salário.....: R\$ 622,00
 (seiscentos e vinte e dois reais) Por Mes

Adriana Nascimento da Silva Cabeleireira
 ADRIANA NASCIMENTO DA SILVA CABELEIREIRA

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º
 Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º
 Com. Dispensa CD nº

CNPJ 12.757.16 / 0001-36 13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador.....: J.M. Cabelos Ltda - ME
 Loja 01 - Pina - CEP 51110-131
 CNPJ/MF.....: Recife - PE
 Rua.....
 Município..... Est.....
 Esp. do estabelecimento.....
 Cargo.....: CABELEIREIRO(A)
 CBO nº.....
 Data admissão 01 de Abril de 2016
 Registro nº..... Fls./Ficha 11
 Remuneração especificada R\$ 968,00
 (novecentos e sessenta e oito reais) Por Mes

J.M. Cabelos Ltda - ME

Ass. do empregador ou a rogo c/test.
 1º 2º
 Data saída de de

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º
 Com. Dispensa CD nº





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 32ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0021510-08.2018.8.17.2001**

AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO

Por meio da decisão inicial, este Juízo pretendeu investigar a situação de miserabilidade alegada pela requerida na peça de ingresso, o que fez através do elenco de documentação cuja apresentação entendia necessária a ao estabelecimento de um juízo de verossimilhança acerca da hipossuficiência financeira anunciada.

Em sua resposta, além de não apresentar os documentos solicitados ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo, a parte autora formulou alegações outras, igualmente indemonstradas.

Desta feita, indefiro o pleito de gratuidade de justiça, e assino a postulante o prazo de 15 dias para que promova o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial.

P.I.C.

José Júnior Florentino dos Santos Mendonça

Juiz de Direito

FA





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0021510-08.2018.8.17.2001
AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 37702980, conforme segue transcrito abaixo:

"Por meio da decisão inicial, este Juízo pretendeu investigar a situação de miserabilidade alegada pela requerida na peça de ingresso, o que fez através do elenco de documentação cuja apresentação entendia necessária a ao estabelecimento de um juízo de verossimilhança acerca da hipossuficiência financeira anunciada. Em sua resposta, além de não apresentar os documentos solicitados ou comprovar a impossibilidade de fazê-lo, a parte autora formulou alegações outras, igualmente indemonstradas. Desta feita, indefiro o pleito de gratuidade de justiça, e assino a postulante o prazo de 15 dias para que promova o recolhimento das custas processuais, sob pena de indeferimento da inicial. P.I.C. José Júnior Florentino dos Santos Mendonça Juiz de Direito "

RECIFE, 22 de novembro de 2018.

ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



EXMO. SR. DR. JUIZ DA SEÇÃO A DA 32ª VARA CÍVEL DA CAPITAL/PE.

Processo: 0021510-08.2018.8.17.2001

JULYANA CALVALCANTE SANTOS vem, respeitosamente à Presença de Vossa Excelência, por intermédio de seu advogado abaixo assinado vem reiterar o pedido de id. **37022047** e juntar novos documentos comprobatórios que a demandante não tem condições de arcar com as despesas processuais pois se encontra desempregada vivendo de bico como cabeleireira mora de aluguel e ainda possui uma filha menor e por isto vem pedir a gratuidade da justiça.

Nestes termos,

Pede deferimento.

Recife, 29 de dezembro de 2018.

ROSANO APOLINARIO DA SILVA

OAB-PE. 42070



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Nome: JULIA TAWANE CAVALCANTE DA SILVA

Nascimento:

074617 01 55 2007 1 00121 085 0105985 35

DATA DE NASCIMENTO POR EXTENSO

Dezesseis de junho de dois mil e sete

dia 16
mês 06
ano 2007

HORA E MIN

07h44min

MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E URGÊNCIA DA REGISTRAÇÃO

Recife/PE

MUNICÍPIO DE REGISTRO E UF

Recife/PE

LOCAL DE NASCIMENTO

Maternidade Professor
Barros Lima Recife-PE

SEXO

Fem

FILIAÇÃO

EDILSON LUIZ LOURENÇO DA SILVA e JULIANA CAVALCANTE
SANTOS

AVÓS

Edmilson Lourenço da Silva e Marcia Maria da Silva
(paternos) e Leonardo Cavalcante Santos e Maria dos Anjos
Durval (maternos)

CÊNDOS

Não

Nome e Matricula nos Cêndos

Nada consta.

DATA DE REGISTRO POR EXTENSO

Dez de julho de dois mil e sete

Nº 100

40-653228

OBSERVAÇÕES / ANOTAÇÕES

Ato registrado no livro AA-121, as folhas 85, sob o nº
105985.

Assinado por Thais.

O conteúdo da certidão é verdadeiro, deu fé.
Recife, 12 de dezembro de 2012

CNPJ 12.757.16 / 0001-36

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Av. Herculano Bandoira, 513

Loja 01 - Pina - CEP 51110-131

CNPJ/MF Recife - PE

Rua Nº

Município Est.

Esp. do estabelecimento

Cargo CABELEIREIRA

CBO nº

Data admissão 01 de ABRIL de 2016

Registro nº Fls./Ficha 11

Remuneração especificada R\$ 968,00

(Novecentos e Sessenta e Oito

Reais) p/mês

JM Cabelos Ltda - ME

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Data saída 03 de SETEMBRO de 2017

JM Cabelos Ltda - ME

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD nº

Scanned by CamScanner





MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª VIA

Número 00694 Série 00085 PE



Juleyana Cavalcante Santos
ASSINATURA DO PORTADOR



em anexo





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário
Seção A da 32ª Vara Cível da Capital

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800 - F:()

Processo nº **0021510-08.2018.8.17.2001**

AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

DECISÃO

Vistos, etc.

Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT.

1. Inicialmente, diante da documentação acostada no ID nº 39590512, defiro a gratuidade judiciária. Ciente a parte demandante quanto ao disposto no art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015.

2. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal.

3. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade.

4. Face ao exposto:

4.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho CRM 16.868, especialista em ortopedia e traumatologia, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC/2015).

4.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré.

4.2.1. Intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (art. 95, parágrafo 1º, CPC/2015). **Não comprovado o depósito no prazo de defesa, presumir-se-ão verdadeiros os fatos** que, com a prova pericial, a parte autora pretendia ver demonstrados, passando-se ao julgamento antecipado da lide.



4.3. Comprovado o depósito, intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal com antecedência mínima de cinco dias, para comparecer na Rua General Joaquim Inácio, nº830, sala 812, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP:50070-495, no dia **12/03/2019, das 13:00h**, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide.

4.4. Intime-se o perito através do e-mail pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com, conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC/2015, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada.

4.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC/2015).

4.6. Entregue o laudo, expeça-se alvará em favor do perito.

5. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais.

Após, voltem-me os autos conclusos.

Cumpra-se.

Recife, 10 de janeiro de 2019.

Marcone José Fraga do Nascimento

Juiz de Direito

mbrc





Tribunal de Justiça de Pernambuco
Poder Judiciário

DIRETORIA CÍVEL DO 1º GRAU

AV DESEMBARGADOR GUERRA BARRETO, S/N, FORUM RODOLFO AURELIANO, ILHA
JOANA BEZERRA, RECIFE - PE - CEP: 50080-800

Seção A da 32ª Vara Cível da Capital
Processo nº 0021510-08.2018.8.17.2001
AUTOR: JULYANA CALVALCANTE SANTOS

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

INTIMAÇÃO DE DECISÃO

Por ordem do(a) Exmo(a). Dr(a). Juiz(a) de Direito do Seção A da 32ª Vara Cível da Capital, fica(m) a(s) parte(s) intimada(s) do inteiro teor da Decisão de ID 39613822, conforme segue transcrito abaixo:

"Vistos, etc. Cuida-se de ação de cobrança de seguro DPVAT. 1. Inicialmente, diante da documentação acostada no ID nº 39590512, defiro a gratuidade judiciária. Ciente a parte demandante quanto ao disposto no art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015. 2. A remessa dos autos à Seção Especializada de Mutirões autoriza a submissão da parte à perícia médica e, em seguida, o seu encaminhamento para uma sessão de tentativa de conciliação, nos termos da Instrução Normativa nº 08/2013, de lavratura do Presidente deste Tribunal. 3. Ocorre que, em decorrência da grande quantidade de processos remetidos à Seção de Mutirões do DPVAT, tal setor, atualmente, não está recebendo novas demandas por força do Ofício nº 01/2016, motivo pelo qual a perícia médica indispensável ao deslinde da controvérsia posta nos autos precisará ser realizada nesta unidade. 4. Face ao exposto: 4.1. Designo perícia médica e nomeio, como perito judicial, Dr. Paulo Fernando Bezerra de Menezes Filho CRM 16.868, especialista em ortopedia e traumatologia, que servirá independentemente de compromisso (art.466, CPC/2015). 4.2. Arbitro os honorários periciais no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), que devem ser suportados pela parte ré. 4.2.1. Intime-se a parte demandada para promover o depósito judicial da quantia indicada no prazo de 15 (quinze) dias (art. 95, parágrafo 1º, CPC/2015). Não comprovado o depósito no prazo de defesa, presumir-se-ão verdadeiros os fatos que, com a prova pericial, a parte autora pretendia ver demonstrados, passando-se ao julgamento antecipado da lide. 4.3. Comprovado o depósito, intime-se a parte autora, por carta, ante a necessidade de sua intimação pessoal com antecedência mínima de cinco dias, para comparecer na Rua General Joaquim Inácio, nº830, sala 812, Ilha do Leite, Recife/PE, CEP:50070-495, no dia 12/03/2019, das 13:00h, com o fim de se submeter ao exame pericial necessário, advertindo-a de que o não comparecimento sem justo motivo ensejará o julgamento antecipado da lide. 4.4. Intime-se o perito através do e-mail pmenezes.periciasmedicas.dpvat@gmail.com, conforme faculta o art. 465, parágrafo 2º, inciso III, do CPC/2015, dando-lhe ciência da nomeação e da perícia designada. 4.5. Fixo o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo (art. 465, parte final, CPC/2015). 4.6. Entregue o laudo, expeça-se alvará em favor do perito. 5. Cite-se a demandada para, em 15 (quinze) dias, ofertar contestação, com as advertências legais. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Recife, 10 de janeiro de 2019. Marcone José Fraga do Nascimento Juiz de Direito "

RECIFE, 16 de janeiro de 2019.



ADALBERTO DA SOLEDADE SILVA FILHO
Diretoria Cível do 1º Grau



Ciente.

